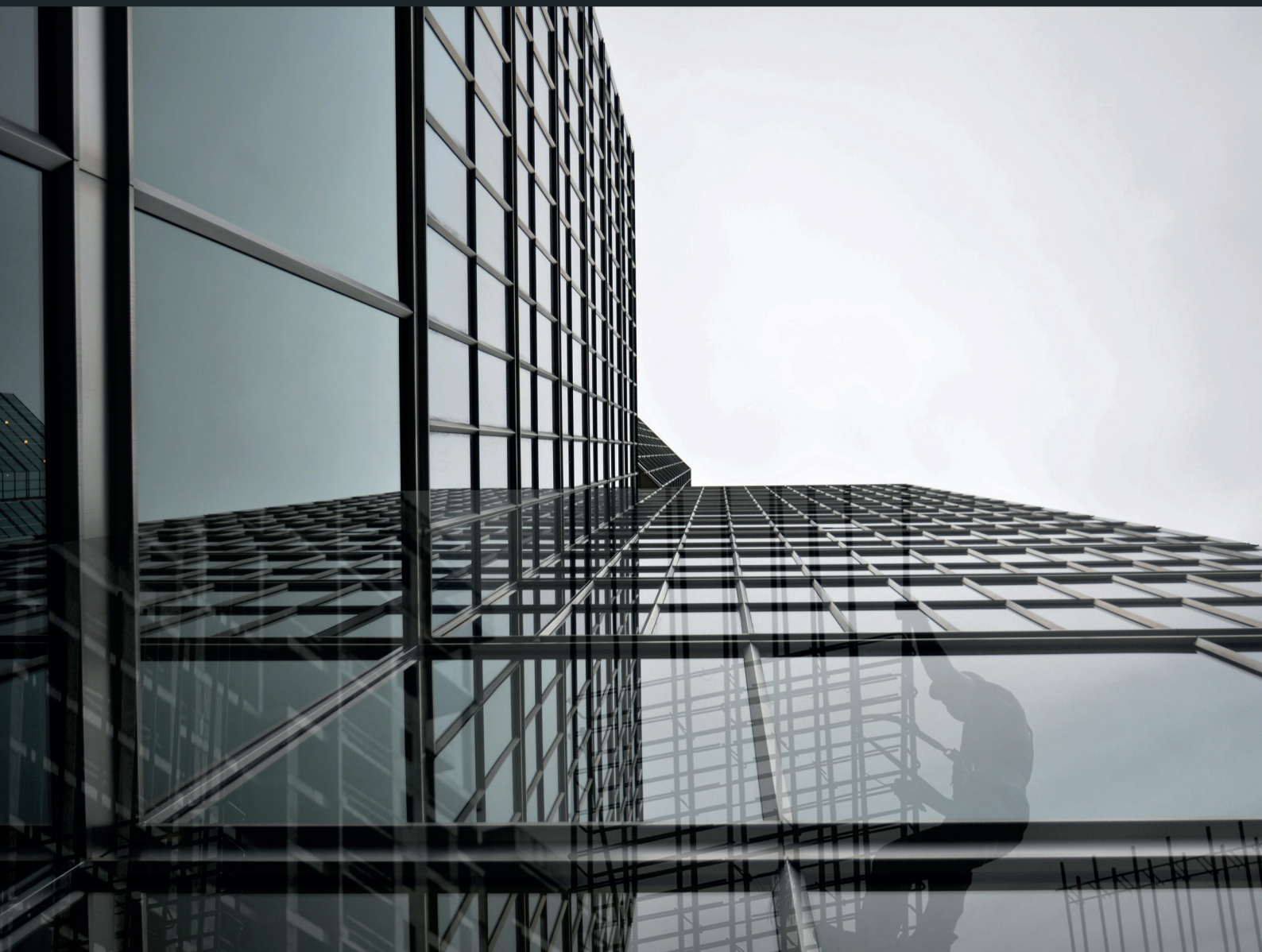


**DIÁLOGOS
NACIONAIS
PARA O
DESENVOLVIMENTO**



IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



CADERNO DE REFERÊNCIA

| QUARTO DIÁLOGO |

**Financiamento do desenvolvimento:
o papel dos bancos e das instituições
financeiras de desenvolvimento**

Recife (PE), março de 2026

Projeto BRA/23/023 – O Brasil na Terceira Década do Século XXI: a disseminação dos resultados do 13º Censo Demográfico do país

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

REALIZAÇÃO

IBGE

Marcio Pochmann

Presidente

Flávia Vinhaes

Diretora Executiva

Gustavo Junger da Silva

Diretor de Pesquisa

Maria do Carmo Bueno Dias

Diretora de Geociências

Jorge Abrahão de Castro

Diretor da Escola Nacional
de Ciências Estatísticas

Luis Fernando Vitagliano

Assessor da Presidência
e Diretor Nacional do Projeto

Denís Maracci Gimenez

Assessor da Presidência e Coordenador
Nacional do Projeto

PNUD no Brasil

Claudio Providas

Representante Residente

Elisa Calcaterra

Representante Residente Adjunta

Maristela Baioni

Representante Residente Assistente
para Programa

Betina Ferraz Barbosa

Coordenadora da Unidade
de Desenvolvimento Humano

Juliana Wenceslau

Oficial de Planejamento Estratégico

COORDENAÇÃO

Luis Fernando Vitagliano

Assessor da Presidência do IBGE
e Diretor Nacional do Projeto

Betina Ferraz Barbosa

Coordenadora da Unidade
de Desenvolvimento Humano
do PNUD no Brasil

EQUIPE TÉCNICA

IBGE

Leon Santos da Costa Moreira

PNUD no Brasil

Cristina Barroso
Thaís Delarisse

Consultoria técnica

Daniel de Mattos Höfling
Felipe Sampaio
Inaê Quirino Santos
Lucy Aparecida de Sousa
Marcio Silva da Costa
Marise Maria Ferreira

Edição

IBGE, PNUD

Projeto gráfico

Tatiana Portela

QUARTO DIÁLOGO

**FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO:
O PAPEL DOS BANCOS E DAS INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO**

CADERNO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

CONTEXTO

OBJETIVOS

METODOLOGIA

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

DOCUMENTOS NACIONAIS

PAPEL DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO
NO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO BRASIL

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
ELEMENTOS PARA A CONTRIBUIÇÃO
DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS

O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
E A AGENDA 2030

FINANCIANDO O NOSSO FUTURO

DO MULTILATERAL AO NACIONAL E VICE-VERSA:
CONCRETIZAR O POTENCIAL DOS ODS DOS BANCOS
PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO

UM FINANCIAMENTO GLOBAL RENOVADO
PARA O QUADRO DE DESENVOLVIMENTO

A série **Diálogos Nacionais para o Desenvolvimento** é uma iniciativa conjunta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desenvolvida no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional¹. A iniciativa tem como objetivo a difusão do conhecimento gerado pelo Censo Demográfico de 2022, explorando seus principais resultados e suas interfaces à elaboração de políticas públicas no início do século XXI. Os espaços de diálogo estão orientados para a articulação de evidências empíricas, conhecimentos técnicos e experiências institucionais que contribuam para a construção de agendas nacionais de políticas responsáveis aos diferentes desafios, estruturais e conjunturais da realidade brasileira.

O 4º Diálogo Nacional terá como eixo temático o financiamento do desenvolvimento, com foco no papel dos bancos e instituições financeiras como agentes das políticas e estratégias públicas e privadas de aplicação dos instrumentos de financiamento destinados à promoção do desenvolvimento humano e sustentável.

Em perspectiva internacional, destaca-se a consolidação de uma agenda global orientada à transição verde e justa rumo ao desenvolvimento sustentável, a qual exige uma alta disponibilidade de recursos e, por conseguinte, financiamento por parte dos poderes públicos. É neste contexto que os bancos e instituições multilaterais de financiamento do desenvolvimento assumem papel central na viabilização dos investimentos necessários ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A partir de uma análise mais focada no contexto nacional, tem-se que, além da necessidade de um volume vultoso de investimentos no longo prazo, a promoção do desenvolvimento sustentável requer um conjunto amplo, complexo e interconectado de elementos que promovam o desenvolvimento.

Nesse sentido, os bancos e as instituições financeiras, enquanto instrumentos habilitadores de políticas públicas, são fundamentais para a estruturação e para o financiamento de carteiras relevantes em consonância com os novos paradigmas do desenvolvimento sustentável.

¹ Projeto BRA 23/023: “Brasil na Terceira Década Do Século XXI: A Disseminação dos Resultados do 13º Censo Demográfico Do País”.

O **Quarto Diálogo Nacional para o Desenvolvimento** propõe a realização de um debate estruturado, moderado e objeto de relatoria técnica, reunindo instituições, especialistas e representantes de distintos segmentos da sociedade relacionados à temática proposta.

A discussão será orientada por documentos de referência nacionais e internacionais, bem como por questões previamente formuladas, com o propósito de fomentar reflexão qualificada sobre o papel dos bancos e das instituições financeiras de desenvolvimento na promoção do desenvolvimento humano no Brasil.

O **Quarto Diálogo Nacional para o Desenvolvimento** foi estruturado de maneira a permitir a reunião de especialistas para discutir os desafios e caminhos para o enfrentamento das múltiplas crises – climática, econômica, social e geopolítica – que aprofundam os desafios para o desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo.

A mesa de diálogo será composta pelos representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Associação Brasileira de Desenvolvimento, além de outras lideranças do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), da Caixa Econômica Federal (CEF), do Ministério da Fazenda (MF), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) da Secretaria-Geral da Presidência da República.

PAPEL DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL*

Os bancos de desenvolvimento, com suas estratégias, competências e instrumentos, bem como em função de sua estrutura financeira mais estável e diversificada, são capazes de contribuir para atenuar a incerteza estimulando a realização de investimentos de longo prazo em diversos setores estratégicos da economia, em particular aqueles mais relacionados ao desenvolvimento sustentável. Neste sentido, eles atuam como elo entre o Estado e o sistema produtivo privado, garantindo liquidez quando o mercado privado não estaria disponível para tal, em função da preferência de liquidez e pró-ciclicidade do setor bancário. Podem, assim, contribuir para um processo de *crowding in* no sistema financeiro e no setor privado para a viabilização de investimentos de longo prazo. Dessa forma, “o planejamento econômico do Estado deve ser o principal instrumento para mudar a estrutura e o funcionamento dos mercados e redirecionar os investimentos do setor privado”.

Especificamente, os bancos de desenvolvimento contribuem para criar e moldar mercados através da sua atuação. Esta atuação é caracterizada em quatro funções: i) papel contracíclico; ii) desenvolvimento do capital; iii) apoio de novos empreendimentos (*venture capital*); iv) orientação por desafios (*challenge-led*). Nessa linha de argumentação, os bancos de desenvolvimento também podem operar como braço financeiro de política pública, devendo o financiamento de projetos de longo prazo ser coordenado através do planejamento do Estado, das instituições públicas e das políticas macroeconômicas, podendo tais bancos ser concebidos como Big Smart Government Bank. Outro aspecto relevante é o desenvolvimento das capacidades dinâmicas estatais para conceber, elaborar e implementar políticas públicas de acordo com as necessidades da sociedade. Assim, os bancos de desenvolvimento podem, além de financiar, impulsionar e apoiar os atores sociais tomadores de crédito que possuem algum grau de dificuldade para a elaboração de projetos para que se tornem efetivamente viáveis e financiáveis.

Finalmente, dada a incerteza em que é intrínseca à tomada de decisões dos agentes, os bancos de desenvolvimento têm a capacidade de criar e moldar mercados em um horizonte temporal largo, para promover mudanças estruturais de um país em prol da resolução de grandes desafios da sociedade. Eles podem assim ser utilizados para desenvolver principalmente a função de *funding* e apoio, em particular de setores de elevada externalidade na economia (infraestrutura, projetos ambientais etc.), garantindo que o investimento não seja refém dos comportamentos defensivos do setor financeiro privado, além de cumprir importante papel contracíclico em momentos de desaceleração econômica, quando o setor bancário tende a contrair a oferta de crédito.

Levar em conta a Convenção do Desenvolvimento Sustentável (CDS) requer transitar de uma economia convencional para uma economia voltada para o desenvolvimento sustentável, isto é, requer um processo de transição e mudança estrutural que engloba incerteza e oportunidades. Neste contexto, o sistema financeiro deve financiar a transição para uma economia de baixo carbono através da disponibilidade de financiamento ao sistema produtivo para que possam ser realizados investimentos de longo prazo orientados para tal convenção. Como vimos, o sistema financeiro privado fica sujeito a altos níveis de incerteza, elevada preferência de liquidez dos bancos e sua própria pró-ciclicidade, criando um *gap* de financiamento para a transição rumo a uma economia sustentável.

Logo, para enfrentar e solucionar os desafios da CDS, os sistemas produtivos precisam se transformar através de processos de inovação, impulsionando a criação de um Sistema Nacional de Inovação (SNI). O SNI deve alavancar quatro subsistemas: produção e inovação; pesquisa e educação; finanças e *funding*; políticas públicas e regulação. No SNI, a relação Mercado/Estado é cooperativa, onde o Estado desenvolve um papel relevante de formulação de políticas públicas de inovação que tem o papel de identificar e articular novos desafios que possam estimular novos padrões de produção, distribuição e consumo entre diferentes setores industriais. O Estado precisa formular e implementar políticas *mission-oriented* que são definidas como políticas públicas sistêmicas na fronteira do conhecimento para atingir metas específicas ou a

grande ciência para enfrentar os grandes problemas. Com efeito, a CDS necessita de um sistema produtivo renovado para atender aos desafios da sustentabilidade. A CDS pede uma transformação de longo prazo do sistema de produção que se comporta com uma dinâmica em ciclos econômicos baseados na inovação e também em trajetórias de desenvolvimento desigual no sentido hirschmaniano. O desafio é orientar o sistema produtivo para o desenvolvimento sustentável de forma estrutural; isto é, além de considerar aspectos econômico-financeiros nos processos de tomada de decisão da produção, levar em conta elementos sociais – a fim de reduzir desigualdades – e elementos ecológicos – para combater as mudanças do clima e reduzir as perdas de biodiversidade.

Em resumo:

1) a Convenção de Desenvolvimento Sustentável está moldando o sistema financeiro – em específico, aqui, os bancos de desenvolvimento – tanto para gerar mudanças institucionais e organizacionais dos próprios bancos (“práticas sustentáveis”), quanto para orientar recursos financeiros com foco na transição sustentável e a mudança do clima. Confirma-se aqui o papel dos bancos de desenvolvimento como potenciais criadores de mercados. Neste sentido, o financiamento – que segue orientações sustentáveis – estimula o setor produtivo à busca de novos produtos e serviços adequados às necessidades da sustentabilidade. Um tema relevante nesse sentido é a criação de métricas e indicadores que objetivam o que é sustentável em cada setor econômico.

2) a relação entre bancos de desenvolvimento e setores produtivos faz com que os bancos apoiem políticas públicas de reindustrialização e participem das idiosincrasias, oportunidades e desafios de processos de desenvolvimento evolucionários e desiguais no sentido hirschmaniano. Esta participação ocorre com a criação de novos instrumentos de financiamento, de acordo com as características dos setores e das exigências de sustentabilidade relacionadas.

3) Sob uma perspectiva do circuito de *finance-funding*, os bancos de desenvolvimento desempenham principalmente, mas não somente, a função de *funding* de longo prazo para apoiar o

processo de transição para o desenvolvimento sustentável e da mudança climática.

Entretanto, mesmo reconhecendo o papel do banco de desenvolvimento como financiador de longo prazo e redutor da incerteza ligada ao processo de transição para o desenvolvimento sustentável e a mudança climática, se observa que os bancos de desenvolvimento financiam maiores volumes para setores já maduros (ex.: energias renováveis) e financiam, em menores quantidades, setores cuja incerteza nos retornos é maior, tais como ações ligadas à gestão de recursos florestais e naturais e ao uso sustentável da terra. Esta evidência pode assinalar que também os bancos de desenvolvimento têm maior propensão a financiar projetos em setores mais maduros e financiar menos setores que se encontram em momentos menos maduros, isto é, com maiores níveis de incerteza. Poderiam, assim, ser vistos como tendo um comportamento similar ao setor privado, embora, evidentemente, com menor intensidade. Outra hipótese é que se tenha menos projetos em setores como recursos florestais e naturais e uso sustentável da terra, e que também os volumes destes projetos, em níveis absolutos, sejam de menor tamanho comparados àqueles de energia, por exemplo. Para avaliar este impasse empírico, há necessidade de maiores pesquisas qualitativas e quantitativas, e mais detalhadas, das carteiras de financiamento dos bancos de desenvolvimento.

* Disponível em:

<https://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/cdes/article/view/689/pdf>



FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ELEMENTOS PARA A CONTRIBUIÇÃO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO*

Em setembro de 2015, representantes dos 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), entre eles o Brasil, reuniram-se e adotaram a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sucedendo de forma mais abrangente a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) lançados em 2000 (PNUD, 2018).

Para o alcance da Agenda 2030, um dos desafios é seu financiamento, que tem sido objeto das Conferências Internacionais sobre o Financiamento para o Desenvolvimento.

É importante registrar que os estudos técnicos e propostas relativas ao financiamento dos ODS, com especial ênfase sobre Bancos de Desenvolvimento (BD), com base na literatura científica e em relatórios institucionais, são chave para dimensionar a amplitude dos desafios. Sabe-se da importância do papel dos BDs na agenda do desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, na promoção dos ODS.

O tema do financiamento ao desenvolvimento sustentável ganhou repercussão nos últimos anos. Em 2015, os Estados-membros da ONU, reunidos na 3ª Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Adis Abeba (Etiópia), firmaram o acordo *Agenda de Ação Adis Abeba*, que fornece um quadro global para o financiamento do desenvolvimento sustentável, envolvendo mais de cem medidas acerca de fontes de financiamento e cooperação. No documento relativo a esse acordo, reconhecendo que a mobilização de recursos domésticos é central, os países concordaram com uma gama de medidas para ampliar a base de arrecadação, melhorar a cobrança de impostos e combater a evasão fiscal e o fluxo financeiro ilícito.

Os países também reafirmaram seu compromisso com a ajuda oficial ao desenvolvimento – principalmente com os países menos desenvolvidos – e com o aumento da cooperação Sul-Sul.

Além disso, sublinharam a importância de alinhar o investimento privado com o desenvolvimento sustentável, com políticas públicas e quadros regulatórios, para estabelecer os incentivos corretos. Houve também acordos para financiar áreas específicas em que investimentos significativos são necessários, como infraestrutura para energia, transporte, água e saneamento e outras áreas para implementar os ODS.

A *Agenda de Ação Adis Abeba* também reconhece o papel que BDs nacionais e regionais podem exercer no financiamento do desenvolvimento sustentável. Esse papel é particularmente destacado nos segmentos do mercado de crédito em que os bancos comerciais não estão totalmente engajados e nos quais existem grandes *gaps* de financiamento. Os BDs podem atuar nesses segmentos com base em estruturas sólidas de empréstimos e de conformidade com salvaguardas sociais e ambientais adequadas. Nesse escopo, foram consideradas áreas como infraestrutura sustentável, energia, agricultura, industrialização, ciência, tecnologia e inovação, assim como inclusão financeira e o financiamento de micro, pequenas e médias empresas. Além disso, o documento reconheceu que os BDs nacionais e regionais também desempenham um valioso papel anticíclico, especialmente durante crises financeiras, quando as instituições financeiras privadas se tornam altamente avessas ao risco.

Nesse contexto, a *Agenda de Ação Adis Abeba* formalizou um chamamento para que os BDs nacionais e regionais expandam suas contribuições nas áreas mencionadas e, além disso, exortou que as organizações internacionais e os atores privados apoiem os BDs em países em desenvolvimento. Em especial para os países em desenvolvimento, que enfrentam maiores desafios que os países desenvolvidos, ganha destaque que o acordo da ONU quanto aos ODS pode ser uma oportunidade para investimentos orientados por missões.

Na região da América Latina e Caribe (LAC), observa-se que 62% do financiamento de longo prazo advém de BDs, que enfrentam novos desafios como o combate e a adaptação às mudanças climáticas (custo estimado de US\$ 100 bilhões ao ano, cerca de 2% do PIB da região), bem como a escassez de recursos fiscais para infraestrutura (*gap* estimado de US\$ 130 bilhões por ano).

Ante as incertezas globais, o fortalecimento de ações coletivas e, em âmbito nacional, os modelos de financiamento integrados precisam estabelecer uma base para políticas de investimento de longo prazo para além dos ciclos políticos. Particularmente aos investidores e administradores privados, será preciso uma mudança para a perspectiva de longo prazo, tendo a sustentabilidade como uma preocupação principal, o que demanda uma série de alinhamentos de incentivos públicos e privados, amortecendo a tendência de curto prazo de retorno do setor financeiro privado e avesso ao risco.

Os BDs nacionais são atores essenciais para o regime de financiamento ao desenvolvimento e estão prontos para desempenhar um papel de liderança na promoção e expansão da infraestrutura sustentável. Também são elementos de atuação desses BDs: i) criação de plataformas de instrumentos de cofinanciamento e *blend finance*, que podem ser catalisadas pelos BDs nacionais; ii) apoio ao desenvolvimento, fortalecimento e aumento de escala dos projetos de infraestrutura sustentável; e iii) engajamento com a comunidade financeira regional e internacional.

No geral, as instituições financeiras em funcionamento no Brasil, em consonância com Resolução CMN 4.327, de 25 de abril de 2014 (BCB, 2014), devem seguir diretrizes para o estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA). Por sua vez, as agências financeiras oficiais de fomento estão inseridas no ciclo formal de planejamento público. Assim como todas as estatais no país, devem apresentar para aprovação de seu Conselho de Administração – em que normalmente estão presentes representantes do Poder Executivo –, seu plano de negócios anual e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos. Em particular as instituições de Fomento Federais (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A., Financiadora de Estudos e Projetos e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) têm suas diretrizes de aplicações de recursos definidas anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como indicam suas contribuições para as ações do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, com horizonte de quatro anos.

Dada a relevância do planejamento de políticas públicas com horizonte mais amplo que os quatro anos do PPA, a experiência brasileira abrange também planos setoriais com prazos mais longos, como é o caso do Plano Nacional de Educação e do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Nessa perspectiva de longo prazo, o Ministério do Planejamento elaborou, em 2018, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes) para o período 2020 a 2031. Para o aprimoramento, o fortalecimento e a ampliação dos mecanismos de financiamento, as orientações da Endes foram:

- i) reforçar os mecanismos e diversificar as fontes de financiamento do investimento de longo prazo, propiciando a redução dos custos das transações financeiras;
- ii) estimular a democratização do crédito por meio do aumento da concorrência e da competitividade do Sistema Financeiro Nacional, do incentivo a novos entrantes, da racionalização das obrigações regulatórias e de boas práticas de governança;
- iii) ampliar os produtos financeiros de apoio às *startups*, com o incremento de recursos para capital semente, incluindo não reembolsáveis, e maior prioridade para fundos de *venture capital* para inovação;
- iv) diversificar as estratégias de captação de recursos nos mercados doméstico e internacional para o mercado de capitais, de títulos, empréstimos, securitização de carteiras, entre outros; e
- v) direcionar o foco da atuação dos BDs para projetos e atividades não atendidos de forma adequada pelo mercado, para a transformação da estrutura produtiva e da infraestrutura na direção do aumento da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade, sobretudo em áreas portadoras de inovação.

A Endes utilizou diversos estudos de longo prazo como documentos orientadores. Entre eles cabe destacar uma iniciativa que envolveu a participação de instituições do SNF, coordenada pelo BNDES no início de 2018, para a especificação de agendas de desenvolvimento de longo prazo para os principais desafios de desenvolvimento nas dimensões econômica, social e ambiental.

Esse documento, denominado *Desafios do Desenvolvimento do Brasil*, abrangeu também a identificação das relações desses desafios com os ODS, em seu Anexo 5.

Em seminário realizado no BNDES com outros bancos de desenvolvimento, foi destacado que há muito a fazer para se chegar aos ODS aprovados pela ONU e que, para isso, é preciso dispor cada vez mais de métricas para a efetividade. Para viabilizar projetos que respondam aos desafios ambientais e do clima, instrumentos e parcerias abrigam e formam, por exemplo, uma estrutura de financiamento do desenvolvimento sustentável no BNDES, tais como a emissão de Green Bonds; GCF, Fundo Amazônia, entre outros.

* Disponível em:

<https://financing.desa.un.org/ffd4>



O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO E A AGENDA 2030*

O avanço da *Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*, fruto do consenso entre os 193 países-membros das Nações Unidas, representa um grande desafio global que requer união de esforços e ampla mobilização de recursos de atores públicos e privados em todos os setores da economia mundial.

O setor financeiro cumpre um papel decisivo na oferta de recursos para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, recursos estes que têm aumentado nos últimos anos com a contribuição fundamental das instituições financeiras de desenvolvimento.

No entanto, o ritmo de crescimento de tais recursos ainda é insuficiente para cumprir os compromissos da Agenda 2030, sobretudo em um contexto de crises múltiplas e concatenadas — climática, econômica, social e geopolítica —, que têm ampliado a lacuna de financiamento para os ODS.

O *Relatório Sobre o Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas*² de 2024 enfatizou que os próximos anos seriam críticos, já que a eventual falha em alcançar os ODS pode levar ao aumento e agravamento da pobreza e da desigualdade, à intensificação da instabilidade política e econômica mundial e a danos ambientais e climáticos irreversíveis. Vale destacar que o relatório *The Sustainable Development Goals Report*³, de junho de 2024, relata que apenas 17% das 169 metas dos ODS estão progredindo ou mostram progresso suficiente para serem alcançadas até 2030.

Nesse contexto, a mobilização e o direcionamento de recursos e fluxos financeiros em montantes compatíveis com o desafio de desenvolvimento se tornam críticos para assegurar o avanço da

2 UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UN DESA). *The Sustainable Development Goals Report 2024*. New York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/>

3 UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UN DESA). *The Sustainable Development Goals Report 2024*. New York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2024/>

Agenda 2030 em âmbito global. As estimativas atuais das lacunas de financiamento aos ODS variam entre US\$ 2,5 trilhões e US\$ 4 trilhões ao ano, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a ONU. Por maiores que sejam esses valores, cabe lembrar que o custo da inação será muito maior.

Percebe-se, portanto, que o financiamento para o desenvolvimento sustentável nos níveis necessários para cumprir a Agenda 2030 não é uma tarefa trivial.

Exigirá instrumentos de financiamento inovadores, sejam esses concessionais, não reembolsáveis ou de mercado, para cada realidade nacional e regional; instrumentos de proteção cambial, mitigação de riscos sistêmicos, além de mudanças regulatórias nos sistemas de taxação; parcerias mais profundas entre governos, instituições financeiras públicas e privadas, filantropias e organizações da sociedade civil para a ampliação e facilitação dos fluxos financeiros, sobretudo para países em desenvolvimento; cooperação técnica para demandantes e ofertantes de recursos em áreas tais como elaboração de projetos e monitoramento e avaliação; e incorporação, por parte de instituições financeiras e governos, de taxonomias capazes de classificar e avaliar os fluxos de financiamento para iniciativas alinhadas com o desenvolvimento sustentável.

* Disponível em:

<https://www.undp.org/pt/brazil/publications/metodologia-abde-pnud-de-alinhamento-do-sistema-nacional-de-fomento-aos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-2a-edicao>



FINANCIANDO O NOSSO FUTURO*

A 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento foi concluída em Sevilha (Espanha), em julho de 2025, com 130 iniciativas que transformaram o [Compromisso de Sevilha](#) em ação, por meio de medidas concretas, para impulsionar o investimento em desenvolvimento sustentável, abordar a crise da dívida que afeta muitos dos países mais pobres do mundo e dar aos países em desenvolvimento uma voz mais forte na arquitetura financeira internacional.

Adotado por consenso no início da Conferência, o *Compromisso de Sevilha* traça um caminho para pavimentar o déficit anual de financiamento de US\$ 4 bilhões dos ODS nos países em desenvolvimento. É o primeiro quadro de financiamento para o desenvolvimento acordado entre governos desde 2015 e um apelo à reformulação de um sistema que falha para bilhões de pessoas e torna os objetivos globais ainda mais difíceis de alcançar.

Numa época de aumento da dívida, declínio do investimento, redução da ajuda externa e escalada das tensões comerciais, o desenvolvimento sustentável enfrenta ventos contrários sem precedentes. As consequências são graves: 3 bilhões de pessoas vivem em países que gastam mais com o pagamento de juros do que com saúde ou educação.

Com cinco anos restantes para alcançar os ODS, e em tempos cada vez mais incertos, o *Compromisso de Sevilha* traça um caminho em três frentes:

- Catalisar investimentos em grande escala para o desenvolvimento sustentável;
- abordar a crise da dívida e do desenvolvimento; e
- reformar a arquitetura financeira internacional.

A reunião de Sevilha deve ser entendida como uma iniciativa para uma estruturação global e renovada do financiamento para o desenvolvimento sustentável. A 4ª Conferência (FFD4) representou uma oportunidade única para reverter essa trajetória e reconstruir a confiança no multilateralismo.

Ao assumir esta tarefa desafiante, a FFD4 baseou-se numa longa história de discussões sobre financiamento para o desenvolvimento nas Nações Unidas. Estas discussões tiveram início em 2002, em Monterrey (México), e conduziram a avanços concretos na resolução dos desafios de financiamento e ao desenvolvimento de um quadro financeiro global abrangente para o desenvolvimento sustentável, buscando orientar políticas de financiamento do desenvolvimento em todos os níveis. Este quadro reformulou o pensamento sobre o financiamento do desenvolvimento, considerando todos os fluxos de financiamento e políticas de forma integrada e holística.

Antes da *Conferência de Monterrey*, as discussões sobre financiamento nas Nações Unidas limitavam-se à ajuda externa. As questões de política financeira, monetária, comercial e de desenvolvimento internacional eram discutidas principalmente em fóruns multilaterais que eram limitados a alguns países ou a um leque restrito de questões e, muitas vezes, a portas fechadas.

Mas as questões de financiamento afetam todos os objetivos internacionais e todos os aspectos da vida das pessoas. São demasiado importantes para serem deixadas apenas aos ministros das Finanças. Ao trazer estas questões, as Nações Unidas ancoraram as discussões globais sobre financiamento à agenda de desenvolvimento com os debates da ONU servindo, muitas vezes, como referências para decisões subseqüentes em órgãos liderados pelos ministérios das Finanças.

Estes avanços ocorreram em três dimensões principais, ajudando a aumentar os recursos, a inclusão e a coerência das políticas.

1. Angariar recursos novos, adicionais e de qualidade para o desenvolvimento sustentável. As Conferências sobre Financiamento para o Desenvolvimento deram um grande impulso ao aumento dos volumes e ao reforço do impacto do financiamento para o desenvolvimento:

- No que diz respeito à ajuda, o *Consenso de Monterrey*, de 2002, estabeleceu metas para os doadores, o que foi seguido por um grande aumento da ajuda pública ao desenvolvimento.

Também lançou a agenda da eficácia do desenvolvimento⁴.

• Na agenda de reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento, a *Agenda de Ação de Adis Abeba* de 2015 incentivou os MDBs a:

“Fazer uso otimizado de seus balanços patrimoniais, de forma consistente com a manutenção de sua integridade financeira”, como primeiro passo para o que se tornaria a Estrutura de Adequação de Capital dos MDBs (Revisão CAF do G20)⁵; e

“Estabelecer um processo para examinar o seu próprio papel, escala e funcionamento, a fim de permitir que se adaptem e respondam plenamente à agenda de desenvolvimento sustentável”, como base para o que se tornaria o Roteiro de Evolução do Banco Mundial⁶ e esforços semelhantes em outros bancos multilaterais de desenvolvimento.

• No que diz respeito ao sistema de bancos públicos de desenvolvimento, a *Agenda de Ação de Adis Abeba* reconheceu a importância dos bancos de desenvolvimento de forma mais ampla. A Conferência deu início a esforços que acabaram por levar à criação da rede *Finance in Common*, composta por mais de 500 bancos públicos de desenvolvimento.

• Em relação ao financiamento sustentável, a *Agenda de Ação de Adis Abeba* apelou à harmonização de iniciativas sobre negócios e financiamento sustentáveis. Desde então, o Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade (ISSB), fundado em 2021, consolidou cinco normas de reporte importantes e publicou divulgações financeiras relacionadas com a sustentabilidade e o clima.

• No que diz respeito ao aumento da mobilização de recursos internos, a Iniciativa Fiscal de Adis Abeba e os Inspetores Fiscais

4 UNITED NATIONS INTER-AGENCY TASK FORCE ON FINANCING FOR DEVELOPMENT. Financing for Sustainable Development Report 2024: Financing for Development at a Crossroads. New York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://financing.desa.un.org/iatf/report/financing-sustainable-development-report-2024>

Para outras informações, acesse: <https://financing.desa.un.org/iatf/action-areas/international-development-cooperation/development-effectiveness?utm>

5 LEE, Nancy. CAF 2.0: The Next Challenges for MDB Capital Adequacy. Washington, DC: Center for Global Development, 2026. Disponível em: <https://www.cgdev.org/sites/default/files/caf-20-next-challenges-mdb-capital-adequacy.pdf>

6 WORLD BANK. Evolving the World Bank Group's Mission, Operations, and Resources: A Roadmap. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099845101112322078/pdf/SECBO50f51975e0e809b7605d7b690ebd20.pdf>

Sem Fronteiras da OCDE/PNUD⁷ foram lançados na Conferência de 2015; o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE adotou um código de monitoramento da mobilização de recursos internos para o seu Sistema de Relatórios de Credores em 2016; o reforço das capacidades financiado por doadores para a mobilização de receitas públicas internas aumentou drasticamente após 2015, mas estabilizou-se nos últimos anos.

2. Promover discussões e tomadas de decisão mais abertas e inclusivas sobre financiamento, aumentando a voz e a representação dos países em desenvolvimento na formulação de políticas financeiras globais e dando voz aos atores não estatais:

- O *Consenso de Monterrey* impulsionou apelos por uma governança mais democrática das instituições financeiras internacionais e pela formulação de políticas econômicas globais, catalisando processos de reforma da governança nessas instituições nos anos seguintes.
- A Conferência de Adis Abeba estimulou apelos globais por uma arquitetura de cooperação fiscal internacional mais inclusiva, catalisando o Quadro Inclusivo da OCDE, bem como discussões na ONU.

3. Reforçar a coerência das políticas, entre as políticas de financiamento e o desenvolvimento sustentável e entre as políticas macroeconômicas, financeiras, comerciais e tecnológicas:

- O processo de Financiamento para o Desenvolvimento (FFD) serviu como um fórum de coerência e foi pioneiro num quadro global ao considerar o financiamento de forma integrada — incluindo todos os fluxos de financiamento (impostos, ajuda e investimento privado) e ambientes facilitadores nacionais e globais (comércio, sustentabilidade da dívida, tecnologia, questões macroeconômicas e sistêmicas).
- O processo FFD reúne ministérios das finanças, dos negócios estrangeiros, do desenvolvimento e outros ministérios setoriais, ajudando a reforçar a coerência no financiamento para o desenvolvimento. Num momento em que os desafios geopolíticos e geoeconômicos não só aumentam, embora

⁷ Para mais informações: ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT; UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Tax Inspectors Without Borders: Ten Years of Hands-on Assistance in Developing Countries*. Paris: OECD Publishing, 2025. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/tax-inspectors-without-borders-ten-years-hands-assistance-developing-countries>

sejam cada vez mais inseparáveis, esse espaço é mais importante do que nunca.

- Em escala nacional, a *Agenda de Ação de Adis Abeba* estimulou os países a desenvolverem quadros de financiamento (quadros nacionais de financiamento integrados ou INFF) para garantir o financiamento das estratégias nacionais de desenvolvimento, enfatizando sinergias e compromissos. Atualmente, 86 países já implementaram tais planos. Nas negociações para a FFD4, a abordagem é considerada base para melhorar a liderança dos países e a eficácia das plataformas de coordenação nacionais.

Cronologia 2002 - 2008 - 2015 de conferências anteriores

O *Consenso de Monterrey* de 2002 proporcionou o primeiro quadro global abrangente para o financiamento do desenvolvimento. Monterrey baseou-se na responsabilidade partilhada: os países são responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento e a comunidade internacional é responsável por proporcionar um ambiente econômico global propício.

A *Declaração de Doha* de 2008 analisou os progressos na implementação de Monterrey, mas também acrescentou novos aspectos: que as considerações de gênero são essenciais em todas as políticas de financiamento e o reconhecimento da necessidade essencial de financiamento climático.

A *Agenda de Ação de Adis Abeba*, de 2015, desenvolvida em paralelo com a Agenda 2030 e os ODS, refletiu a evolução na compreensão do desenvolvimento sustentável. Integrou plenamente as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável nas políticas de financiamento.

FFD4: a oportunidade para Sevilha

A FFD4 e as negociações reconheceram a crise de desenvolvimento sustentável e apresentaram um conjunto ambicioso de ações:

- Ações concretas para um impulso de investimento em grande escala:

- i) liderado publicamente para se alinhar com os objetivos públicos;
- ii) que alavanquem o investimento privado e a inovação;
- iii) que impactem os ODS no seu cerne.

• Este impulso de investimento sustentado requer uma reforma da arquitetura financeira internacional para que seja mais eficaz e adequada ao objetivo de enfrentar os desafios atuais:

- i) reduzir o custo do capital;
- ii) apoiar melhor os países durante choques e crises cada vez mais frequentes; e
- iii) torná-la mais inclusiva.

* Disponível em:

<https://financing.desa.un.org/ffd4>



DO MULTILATERAL AO NACIONAL E VICE-VERSA: CONCRETIZAR O POTENCIAL DOS ODS DOS BANCOS PÚBLICOS DE DESENVOLVIMENTO*

É reconhecido globalmente o fato de que é necessário fazer mais para disponibilizar financiamento no ritmo e na escala certos e nos termos adequados para catalisar transições globais verdes e justas para o desenvolvimento sustentável. Como instituições capazes de promover políticas públicas de acordo com o interesse público, os bancos públicos de desenvolvimento mundiais devem desempenhar um novo papel de liderança no financiamento de transições verdes e justas.

Embora esteja claro que os bancos públicos de desenvolvimento têm essa capacidade, não é claro que estejam fazendo o suficiente. De acordo com o PNUD, “há uma necessidade urgente de os bancos públicos de desenvolvimento reorientarem e alavancarem todos os fluxos financeiros na direção da consecução dos ODS”, cuja eficácia depende da colaboração entre os bancos públicos de desenvolvimento e da coordenação com os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs). Os MDBs são amplamente reconhecidos como tendo de “desempenhar um papel crucial na promoção e viabilização de ações climáticas ambiciosas próprias de cada país, ligadas aos objetivos do Acordo de Paris e da Agenda 2030” (G20 SFR 2021, 12). Apesar do seu maior número e ativos combinados, o papel dos Bancos Nacionais de Desenvolvimento (NDBs) tem recebido relativamente menos atenção. Ainda menos se sabe sobre como os MDBs se conectam aos NDBs.

Neste sentido, mapear as inter-relações entre os MDBs e os NDBs é fundamental. Este esforço está em investigar nove MDBs ativos em quatro regiões para compreender melhor os níveis atuais de cooperação e fazer avaliações preliminares sobre como otimizar a cooperação entre os MDBs e os NDBs para melhor promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas até o ano de 2030 (ODS).

O estudo de mapeamento revela quatro resultados importantes. Primeiro, os MDBs estão concedendo empréstimos aos NDBs nas suas regiões. No entanto, há uma desigualdade significativa no financiamento entre os MDBs e entre as regiões, variando de uma cooperação financeira extensa a empréstimos relativamente inexistentes. A implicação é clara: os MDBs e os NDBs não formaram um ecossistema global coerente de financiamento público-público. O próprio processo de investigação revelou um resultado importante: os relatórios existentes dos MDBs sobre a cooperação financeira com os NDBs também são desiguais entre os MDBs. Assim como não existe um ecossistema coerente, também não há um padrão global de relatórios ou um compromisso institucional para o acompanhamento e a comunicação do financiamento dos MDBs aos NDBs.

Em terceiro lugar, há um consenso universal entre os MDBs de que existem múltiplas barreiras ao empréstimo aos NDBs. A pesquisa identificou algumas das mais proeminentes, tais como incompatibilidade cambial, condições de mercado, disponibilidade de financiamento concessionário, barreiras fiscais e fatores políticos, para citar algumas. No entanto, houve diferenças significativas e pouco consenso sobre a natureza exata dessas barreiras entre regiões ou MDBs.

Em quarto, com algumas exceções e uma preocupação crescente com a crise climática, não há um alinhamento global sistemático ou acompanhamento do financiamento dos ODS dentro ou entre os MDBs, muito menos entre os MDBs e os NDBs nas suas respectivas regiões.

A implicação é clara. É necessário um ecossistema de financiamento público-público mais orientado para objetivos e colaborativo entre os MDBs e os NDBs para promover o financiamento sustentável no ritmo, na escala e nos termos adequados para alcançar transições verdes e justas.

Disponível em:

<https://www.afd.fr/sites/default/files/2023-01-11-53-39/From-Multi-to-National-and-Back-Again.pdf>



Compromisso de Sevilha (resumo)

I. UM QUADRO GLOBAL RENOVADO PARA O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO*

1. Nós, Chefes de Estado e de Governo e Altos Representantes, reunimo-nos em Sevilha, Espanha, de 30 de junho a 3 de julho de 2025, para renovar o quadro global de financiamento para o desenvolvimento, com base na Agenda de Ação de Adis Abeba de 2015. Também defendemos e iremos avançar com todos os compromissos do Consenso de Monterrey de 2002⁸, da Declaração de Doha de 2008⁹, bem como os compromissos relevantes do Pacto para o Futuro¹⁰.

2. Reafirmamos nosso compromisso de realizar o desenvolvimento sustentável, incluindo a implementação eficaz e solidariedade global baseada no respeito mútuo e na ação coletiva. Reafirmamos também nosso compromisso inabalável com o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas.

3. Reafirmamos ainda que a busca e o gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, abrangendo os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, o que inclui o direito ao desenvolvimento, devem ser respeitados, protegidos e promovidos, sem distinção ou discriminação de qualquer tipo.

4. Estamos reunidos num momento de profunda transformação, graves tensões geopolíticas, conflitos, crescentes desafios macroeconômicos e riscos sistêmicos crescentes.

8 Para mais informações: UNITED NATIONS. Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development: the final text of agreements and commitments adopted at the International Conference on Financing for Development, Monterrey, Mexico, 18–22 March 2002. New York: United Nations, 2003. Disponível em: <https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2014/09/MonterreyConsensus.pdf>

9 Para mais informações: UNITED NATIONS. Doha Declaration on Financing for Development: outcome document of the Follow-up International Conference on Financing for Development to Review the Implementation of the Monterrey Consensus, Doha, Qatar, 29 November–2 December 2008. New York: United Nations, 2009. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n09/224/24/pdf/n0922424.pdf>

10 Para mais informações: UNITED NATIONS. The Pact for the Future: resolution adopted by the General Assembly (A/RES/79/1). New York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/pact-for-the-future/en>

O progresso na consecução do desenvolvimento sustentável nas suas dimensões econômica, social e ambiental está gravemente atrasado. Estamos ficando sem tempo para atingir nossos objetivos e enfrentar os impactos adversos das alterações climáticas.

Apesar dos esforços significativos da comunidade internacional para responder aos múltiplos desafios globais interligados, a diferença entre nossas aspirações de desenvolvimento sustentável e o financiamento para concretizá-las continuou a aumentar, especialmente nos países em desenvolvimento, atingindo um valor estimado de 4 bilhões de dólares americanos por ano.

5. Não podemos nos dar o luxo de recuar na cooperação multilateral. Esses desafios globais excedem em muito a capacidade de resposta de qualquer Estado isoladamente. Para enfrentá-los, reafirmamos nosso compromisso contínuo e firme com o multilateralismo, a cooperação internacional e a solidariedade global baseada no respeito mútuo e na ação coletiva. Reafirmamos também o nosso compromisso inabalável com o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas.

6. Decidimos lançar um ambicioso pacote de reformas e ações para suprir urgentemente esta lacuna de financiamento e catalisar investimentos em desenvolvimento sustentável em grande escala. Tomaremos medidas concretas para aumentar o espaço fiscal, enfrentar os desafios da dívida dos países em desenvolvimento e reduzir o custo do capital. Iremos fornecer e mobilizar financiamento adicional, inovador, adequado, previsível e acessível de todas as fontes, reconhecendo as vantagens comparativas do financiamento público e privado.

7. Comprometemo-nos a continuar a reforma da arquitetura financeira internacional, aumentando sua resiliência, coerência e eficácia na resposta aos desafios e crises atuais e futuros. Para melhor refletir as realidades atuais, comprometemo-nos a tornar a governança econômica global mais inclusiva, representativa, equitativa e eficaz. Fortaleceremos os papéis das Nações Unidas, das instituições financeiras internacionais e de outras organizações internacionais relevantes, reconhecendo seus respectivos mandatos e órgãos de governança. Reforçaremos a coordenação e a complementaridade entre eles.

8. Reconhecemos que cada país tem a responsabilidade primária pelo seu próprio desenvolvimento econômico e social. Os esforços nacionais de desenvolvimento precisam ser apoiados por um ambiente econômico internacional favorável e meios eficazes de implementação que promovam o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e evitem que choques externos afetem desproporcionalmente os países em desenvolvimento. Comprometemo-nos a alinhar o apoio internacional com as estratégias, planos e quadros nacionais, tais como quadros nacionais de financiamento integrado, e respeitaremos o espaço político de cada país para prosseguir o desenvolvimento sustentável, mantendo a coerência com as regras e compromissos internacionais relevantes.

9. Abordaremos as diversas necessidades e desafios enfrentados por países em situações especiais, em particular os países africanos, os países menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, bem como os desafios específicos enfrentados pelos países de rendimento médio e pelos países em situação de conflito e pós-conflito. Reafirmamos que os países menos desenvolvidos, enquanto grupo de países mais vulnerável, necessitam de um maior apoio global para superar os desafios estruturais que enfrentam na consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Reafirmamos a necessidade de abordar os desafios e necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral na transformação estrutural das suas economias, aproveitando os benefícios do comércio internacional e desenvolvendo sistemas de transporte e trânsito eficientes. Reafirmamos ainda que os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento continuam a ser um caso especial para o desenvolvimento sustentável, tendo em conta sua pequena dimensão, seu afastamento, sua base limitada de recursos e exportações e sua exposição aos desafios ambientais globais. Reafirmamos também a necessidade de alcançar uma transformação socioeconômica positiva na África e de abordar as diversas e específicas demandas de desenvolvimento dos países de rendimento médio, incluindo o combate à pobreza em todas as formas e dimensões, como a pobreza extrema e multidimensional. Comprometemo-nos a apoiar e implementar as agendas, estratégias e programas de ação de desenvolvimento relevantes

para países em situações especiais, incluindo o Programa de Ação de Doha para os Países Menos Desenvolvidos, o Programa de Ação para os Países em Desenvolvimento Sem Litoral para a Década 2024-2034 e a Agenda de Antígua e Barbuda para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, e reafirmamos nosso apoio à concretização da Agenda 2063 da União Africana. Aguardamos com expectativa a elaboração de um plano de resposta específico, interinstitucional, abrangente e em nível de todo o sistema para os países de rendimento médio pelo sistema de desenvolvimento das Nações Unidas.

10. Colocaremos as pessoas no centro de todas nossas ações e reafirmamos o caminho para um futuro mais brilhante para toda a humanidade. Tomaremos medidas para combater as desigualdades dentro e entre os países, incluindo através do investimento em sistemas de proteção social e desenvolvimento humano e através de uma cooperação internacional reforçada.

11. Reafirmamos a necessidade imperativa de alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas. Asseguraremos o acesso pleno e igualitário de todos os seus direitos humanos e liberdades fundamentais. A igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas trazem benefícios econômicos comprovados e têm o potencial de contribuir para o financiamento do desenvolvimento. Comprometemo-nos a integrar uma perspectiva de gênero e a promover soluções sensíveis às questões de gênero em toda a agenda de financiamento do desenvolvimento. Reconhecemos que a feminização da pobreza persiste e que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é um requisito indispensável para o empoderamento econômico das mulheres e o desenvolvimento sustentável. Aumentaremos o investimento na economia dos cuidados e reconheceremos, valorizaremos e redistribuiremos equitativamente a parte desproporcional dos cuidados não remunerados e do trabalho doméstico realizado pelas mulheres. Reafirmamos nosso compromisso de eliminar a violência baseada no gênero.

12. Reconhecemos que a discriminação em todas as suas formas é um sério impedimento ao desenvolvimento econômico e social. Intensificaremos nossos esforços para promover a

tolerância, abraçar a diversidade e combater todas as formas de discriminação, incluindo o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância relacionada, bem como todas as suas formas e manifestações abomináveis e contemporâneas. Reafirmamos a necessidade imperativa de garantir o acesso ao financiamento e às oportunidades econômicas para as pessoas com deficiência.

13. Comprometemo-nos a desenvolver sistemas de governança e instituições democráticas eficazes, responsáveis e inclusivos em nível subnacional, nacional e internacional e a garantir uma tomada de decisões responsiva, participativa e representativa em todos os níveis. Promoveremos a transparência, a responsabilização, o Estado de Direito, a boa governança e políticas sólidas em todos os níveis. Comprometemo-nos a erradicar todas as formas de corrupção em todos os níveis, abordar a integridade financeira e incorporar a luta contra a corrupção como questões transversais para reforçar a probidade do setor público e a confiança pública, reduzir as desigualdades, garantir uma alocação justa dos recursos internos e aumentar os investimentos privados e o crescimento econômico. Iremos prevenir e combater os fluxos financeiros ilícitos e a corrupção, e exortamos a comunidade internacional a apoiar os esforços de reforço das capacidades de luta contra a corrupção e a promover o intercâmbio de boas práticas.

14. Reafirmamos nossa determinação em promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento sustentável.

15. Estamos aquém do necessário no combate às alterações climáticas, à perda de biodiversidade e à desertificação. Salientamos a urgência de reforçar a ambição da ação climática na implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e do Acordo de Paris em relação à mitigação e adaptação climáticas e ao fornecimento de meios de implementação, especialmente financiamento, aos países em desenvolvimento. Reconhecemos a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e as Conferências das Partes, por negociarem

respostas globais aos desafios que abordam. Na busca dos objetivos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e as metas do Acordo de Paris, reafirmamos a importância de acelerar a ação nesta década crítica. Promoveremos a conservação e o uso sustentável do oceano e dos seus recursos.

16. Reafirmamos todos os princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, incluindo, entre outros, o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, conforme estabelecido no princípio 7 do documento.

17. Promoveremos investimentos que tenham em conta os riscos, a fim de desenvolver infraestruturas ao serviço do desenvolvimento sustentável, em consonância com o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030. Os desastres e os choques prejudicam cada vez mais a capacidade dos países em desenvolvimento de avançar em direção ao desenvolvimento sustentável, revertendo os ganhos de desenvolvimento e sobrecarregando as capacidades nacionais e a capacidade de resposta do sistema internacional.

18. Incentivamos os esforços para combater a insegurança alimentar e a desnutrição, e investir em sistemas agroalimentares, particularmente nos países em desenvolvimento, utilizando uma abordagem estratégica de longo prazo. Salientamos a necessidade de desenvolver um ambiente político propício que facilite o investimento privado na agricultura e nos sistemas alimentares, bem como o papel que os investimentos públicos podem desempenhar no incentivo e na redução do risco dos investimentos privados.

19. Reafirmamos nossos compromissos de aumentar o investimento na cobertura universal de saúde e em sistemas de saúde inclusivos, equitativos, acessíveis, resilientes e de qualidade.

20. Comprometemo-nos a apoiar o financiamento adequado para garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Tomaremos medidas para alavancar os impactos positivos da digitalização na educação e reafirmamos nosso compromisso de promover a inovação, a educação financeira e o desenvolvimento de capacidades digitais, nomeadamente através da educação e do desenvolvimento de competências, em particular para crianças, jovens e idosos.

21. Investiremos em setores produtivos, na criação de empregos dignos em grande escala e no desenvolvimento de competências para permitir que todas as pessoas se beneficiem de um crescimento econômico inclusivo, equitativo e sustentável. Promoveremos o empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social, particularmente entre mulheres e jovens, e facilitaremos o crescimento de micro, pequenas e médias empresas, cooperativas e a economia social e solidária, bem como a industrialização inclusiva e sustentável. Reconhecemos a contribuição da cultura e da economia criativa para o avanço do desenvolvimento sustentável.

22. Comprometemo-nos a apoiar os países em desenvolvimento, particularmente os países em situações especiais, a desenvolver infraestruturas de qualidade, confiáveis, resilientes e sustentáveis. Preencher as lacunas significativas em matéria de infraestrutura em setores críticos como energia, transportes, tecnologias da informação e da comunicação, água e saneamento melhorará significativamente o acesso a serviços essenciais, oportunidades de emprego, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

23. Reconhecemos que dados e estatísticas de alta qualidade e desagregados permitem decisões políticas baseadas em evidências e aumentam a responsabilidade e a transparência, promovendo a confiança pública e a cooperação internacional. Apoiaremos programas que fortaleçam a coleta de dados e estatísticas nacionais, especialmente sobre desenvolvimento sustentável¹¹.

24. Reconhecemos as contribuições do envolvimento de múltiplas partes interessadas para o desenvolvimento sustentável. Continuaremos a colaborar de forma significativa com todas as partes interessadas relevantes, incluindo a sociedade civil e o setor privado, e a incentivar a colaboração e as parcerias entre múltiplas partes interessadas.

25. Este quadro global renovado para o financiamento do desenvolvimento que adotamos em Sevilha melhorará o acesso e desbloqueará recursos financeiros adicionais e inovadores, apoiará a reforma da arquitetura financeira internacional para suprir

¹¹ Para mais informações: INTERNATIONAL MONETARY FUND. G20 Data Gaps Initiative - Phase Three (DGI-3) Progress Report. Washington, DC: International Monetary Fund, 2025. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/files/news/seminars/dgi/documents/third-phase-of-the-g20-data-gaps-initiative-third-progress-report-2025.pdf>

urgentemente o déficit de financiamento e orientará nossos esforços para uma agenda de financiamento do desenvolvimento que ajudará a concretizar o desenvolvimento sustentável.

II. ÁREAS DE ATUAÇÃO

...

III. DADOS, VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO

62. Dados e estatísticas oportunos, confiáveis, de alta qualidade e desagregados são essenciais para fazer avançar a agenda do financiamento do desenvolvimento, apoiar a tomada de decisões informadas em todas as áreas de ação e permitir um monitoramento e um acompanhamento eficazes. No entanto, muitos Estados-membros, em particular os países em desenvolvimento, não têm conseguido tirar pleno partido do potencial dos dados. São necessários esforços mais intensos para melhorar os dados desagregados, a acessibilidade e as fontes de dados inovadoras, com salvaguardas adequadas para abordar a privacidade e a proteção de dados. Também o impulso político para medir o progresso no desenvolvimento sustentável vem ganhando fôlego, utilizando métricas que complementem ou vão além do Produto Interno Bruto, incluindo a vulnerabilidade multidimensional. Isto reflete um reconhecimento mais amplo de que basear-se exclusivamente em indicadores econômicos ou baseados no rendimento, tais como o Produto Interno Bruto e o Rendimento Nacional Bruto, não é suficiente para captar toda a complexidade das realidades de desenvolvimento, vulnerabilidades estruturais e necessidades dos países. A *Agenda de Ação de Adis Abeba* reforçou o processo de acompanhamento do financiamento para o desenvolvimento; no entanto, subsistem desafios. Com base nas experiências desde 2015, medidas devem ser tomadas para melhorar ainda mais o acompanhamento em todos os níveis de forma concreta, incluindo o reforço do envolvimento de todas as partes interessadas relevantes e a incorporação de perspectivas nacionais e regionais no diálogo global.

63. Para reforçar o investimento em sistemas de dados e estatísticos, com base no Plano de Ação Global da Cidade do Cabo (África do Sul) para os Dados sobre o Desenvolvimento Sustentável:

a) Continuaremos a reforçar os esforços para recolher, analisar e divulgar dados relevantes e confiáveis, desagregados por rendimento, sexo, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes nos contextos nacionais, nomeadamente para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas;

b) comprometemo-nos a implementar o Quadro de Ação de Medellín sobre Dados para o Desenvolvimento Sustentável adotado pela Comissão Estatística em março de 2025.

c) comprometemo-nos a aumentar o apoio financeiro e a reforçar o investimento na coleta de dados e no reforço das capacidades estatísticas dos sistemas estatísticos nacionais nos países em desenvolvimento, especialmente nos países em situações especiais e naqueles que enfrentam desafios específicos. Iremos ampliar o financiamento previsível para dados e estatísticas sobre o desenvolvimento sustentável, modernizando a infraestrutura digital e reforçando a coleta de dados, a capacidade estatística e a governança digital. Isto inclui o apoio ao Centro de Excelência dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, incluindo o centro de dados dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, e às iniciativas estatísticas existentes, particularmente através de organizações regionais.

64. Para reforçar ainda mais a interoperabilidade dos quadros de dados e estatísticos para o desenvolvimento sustentável, a acessibilidade e a inovação:

a) Apoiamos o reforço contínuo do quadro de indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incluindo o apoio ao reforço da comunicação regular e da utilização do indicador 17.3.¹² dos Objetivos, bem como a priorização da coleta e divulgação de dados desagregados de alta qualidade, conforme apropriado;

¹² 17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes. Indicadores: 17.3.1 Recursos financeiros adicionais mobilizados para países em desenvolvimento de várias fontes; 17.3.2 Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total.

b) encorajamos uma prestação de contas mais abrangente por parte dos prestadores de cooperação Sul-Sul e reconhecemos a prestação de contas sobre a cooperação Sul-Sul no âmbito do quadro conceitual voluntário para a medição da cooperação Sul-Sul, apoiando o papel da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento como sua guardiã;

c) encorajamos a promoção de plataformas e normas de dados abertas e interoperáveis para melhorar a partilha e a acessibilidade dos dados, abordando os desafios dos países em desenvolvimento, respeitando simultaneamente a privacidade e a proteção de dados de acordo com as regras e a legislação nacionais;

d) encorajamos uma maior coordenação em matéria de dados e estatísticas entre as instituições financeiras internacionais, as agências estatísticas nacionais, regionais e internacionais, as Nações Unidas, os Estados-membros, as agências de desenvolvimento e as partes interessadas relevantes;

e) convidamos os bancos multilaterais de desenvolvimento e os parceiros de desenvolvimento a apoiar os países menos desenvolvidos no reforço dos sistemas nacionais de dados e estatísticas no fornecimento de dados económicos que facilitem a formulação e a avaliação do impacto de políticas e intervenções adequadas ao desenvolvimento do setor privado, incluindo as micro, pequenas e médias empresas, com vista a promover a criação de emprego digno;

f) encorajamos o aproveitamento da inovação em fontes de dados não tradicionais, incluindo registros administrativos, informação geoespacial, dados móveis, bem como dados gerados pelos cidadãos e sensoriamento remoto (satélites, aviões e outros), apoiados por parcerias público-privadas e indicadores específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e com prazos definidos (SMART). Reforçaremos a capacidade para uma partilha e intercâmbio eficazes de dados, conforme apropriado, no seio do governo e entre o governo e o setor privado; e

g) reafirmamos o compromisso contido no Pacto para o Futuro de desenvolver urgentemente um quadro de medidas de progresso em matéria de desenvolvimento sustentável que complementem ou vão além do Produto Interno Bruto, através do traba-

* Disponível em:

https://financing.desa.un.org/sites/default/files/202511/FFD4%20Outcome%20Booklet%20v5_EN_Digital%205.5x8.5.pdf



lho do grupo independente de peritos de alto nível encarregado de elaborar recomendações para um número limitado de indicadores de desenvolvimento sustentável, de propriedade dos países e universalmente aplicáveis, que complementem e vão além do Produto Interno Bruto, e de um processo intergovernamental subsequente liderado pelas Nações Unidas.

